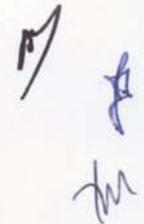




APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

2013

PLANO DE ATIVIDADES
E ORÇAMENTO



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	2
2.	MISSÃO, VALORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	3
3.	ACÇÕES.....	6
4.	PLANO DE INVESTIMENTOS.....	10
5.	ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA.....	12
5.1.	PRESSUPOSTOS.....	12
5.2.	RENDIMENTOS OPERACIONAIS.....	13
5.3.	GASTOS OPERACIONAIS.....	16
5.4.	GASTOS FINANCEIROS.....	16
5.5.	OUTROS GASTOS.....	17
6.	PLANO DE FINANCIAMENTO.....	17
6.1.	AUTO-FINANCIAMENTO.....	18
6.2.	FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS.....	19
6.3.	PROJECTOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS.....	19
6.4.	MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS.....	21
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
8.	ANEXOS.....	24
	ANEXO I – BALANÇO ACTIVO PREVISIONAL.....	24
	ANEXO I – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL.....	25
	ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL.....	26
	ANEXO IV – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO.....	28
	ANEXO V – GASTOS.....	29

1. INTRODUÇÃO

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. (APRAM, S.A.) tem por objeto social a administração e gestão dos portos, terminais e cais da RAM sob a sua área de jurisdição e das marinas do Funchal e Machico, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento. Compete-lhe, ainda o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

Em 2013, a empresa prosseguirá uma estratégia integrada do sector portuário na RAM, atenta a sua missão e valores, concretizada no plano de negócios 2012-2015, rentabilizando as infraestruturas portuárias, adequando-as aos novos desafios e ao desenvolvimento sustentável nas suas vertentes ambiental, social e económica.

O plano de atividades e orçamento para o ano económico de 2013, ora apresentado, é fortemente condicionado pelo Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF), pela proposta de Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013 (ORAM 2013) já conhecida, pela situação económico financeiro da empresa, em particular, e da Região Autónoma da Madeira, em geral.

Os portos, como principal porta de entrada de mercadorias têm sentido o efeito da recessão, acompanhando a tendência nacional – no ano de 2012, prevê-se fechar o ano económico com uma diminuição de 11% na movimentação de mercadorias importadas e de 2% na exportação, que obviamente se reflete nas receitas da empresa.

Ainda uma nota para as novas receitas previstas no Plano de Negócios, com implementação prevista a partir de julho de 2012, mas com fraca execução, dada a conjuntura macroeconómica a que está sujeita a RAM.

Os gastos correntes da empresa sofrerão um decréscimo, comparativamente aos anos anteriores, e o investimento será realizado única e exclusivamente de acordo com o preconizado na Lei de Meios e com financiamento assegurado através de fundos comunitários, observando-se, assim, os princípios previstos no PAEF.

Pretende-se, em 2013, a obtenção de um “cash-flow” de exploração positivo, mas a obtenção de resultados líquidos positivos não será possível a curto / médio prazo devido:

- À vocação da empresa para a prestação de serviço público e às orientações do acionista quanto ao aumento do tarifário, de modo a não penalizar em demasia os custos globais da fatura portuária;
- Aos elevados encargos financeiros resultantes do serviço da dívida e com as amortizações do imobilizado, resultado da entrada em funcionamento das infraestruturas portuárias e de novos equipamentos.

2. MISSÃO, VALORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira;
- Valores:
 - Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
 - Segurança - garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
 - Atitude – atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
 - Inovação – encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

No PDES – Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira, para o período de 2007 a 2013 foram definidos os seguintes objetivos estratégicos para o sector portuário e de transportes marítimos:

- Desenvolvimento de modelos de gestão integrada que permitam a certificação qualitativa em toda a cadeia logística de transportes, por forma a se obterem mecanismos de funcionamento e de procedimentos que permitam uma gestão célere, racional, económica e integrada de todo o sector, sendo fundamental a padronização de procedimentos entre os diversos intervenientes, e a sua interligação com as demais infraestruturas portuárias nacionais e europeias;
- Dinamização da política destinada ao sector de cruzeiros de forma a potenciar e otimizar a exploração dos recursos turísticos da Região, a sua promoção a nível do exterior e, consequentemente, a contribuição para o desenvolvimento do sector turístico;
- Desenvolvimento de uma política de transporte marítimo de mercadorias que melhor se adequa às necessidades da Região, nomeadamente através da mais adequada distribuição das escalas dos navios, na equiparação dos custos portuários, que permitam uma melhor integração da Região na sua área geográfica tradicional (sul da Europa, norte de África, ilhas da Macaronésia).

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

Visa-se, ainda, tornar a APRAM S.A. numa empresa auto sustentável, do ponto de vista económico e financeiro, atentas às premissas constantes do PAEF, embora a proposta do ORAM 2013, refira que a APRAM, S.A. "(...) dada a sua situação, a probabilidade das garantias prestadas serem executadas é grande devido às cláusulas de Cross Default e Cross Acceleration, com empréstimos garantidos no valor de 176 milhões de euros.

Esta empresa apresenta um risco muito elevado de consolidação da dívida, dada a incapacidade da empresa em amortizar o capital, e passar a integrar o perímetro da Administração Pública Regional."

A capacidade e função comercial dos Portos da Madeira, no que respeita ao turismo de cruzeiros, deverão ser aumentadas e reforçadas, até para fazer face ao crescimento dos últimos anos, bem como captar mais escalas para a ilha do Porto Santo.

As novas infraestruturas criadas e potenciadoras do turismo de cruzeiros, nomeadamente a Gare Marítima da Madeira, deverão ser maximizadas e rentabilizadas.

O modelo de exploração portuária deverá ser reajustado, mantendo o regime de livre acesso e melhorando a eficiência da operação portuária, de acordo com o novo enquadramento jurídico laboral para o trabalho portuário, entretanto aprovado para os portos do Continente.

Por outro lado, importa que se aposte na eficiência e na redução do custo do transporte marítimo de mercadorias, dada a crucial e decisiva importância para um arquipélago que importa 95% do seu consumo e exporta grande parte da sua produção, em especial, no segmento de produtos tradicionais (frutas, com especial relevância banana, madeira de eucalipto e vinho).

Será dado seguimento ao desenvolvimento de programas de monitorização ambiental e de segurança marítima nos portos da RAM.

Da mesma forma, será dada continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector.

Pretende-se dinamizar a promoção da náutica de recreio e das atividades marítimo turísticas.

Esta intervenção é materializada por:

- Propostas dos planos anuais e plurianuais, nomeadamente de obras marítimas e terrestres e de equipamento dos portos e terminais;
- Contribuição na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo;

- Propostas legislativas, nomeadamente a adaptação à RAM de legislação nacional com relevância para o sector marítimo portuário, designadamente a revisão das áreas de pilotagem e de pilotagem obrigatória, a certificação dos profissionais de pilotagem e as condições de dispensa de pilotagem nos portos da RAM;
- Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para o sector, no segmento de cruzeiros, objeto de concorrência;
- Propostas para o estabelecimento de parcerias transnacionais, envolvendo os governos das regiões na parte em que seja viável a complementaridade do negócio;
- Propostas de tarifários, numa ótica custo/benefício, embora a componente de serviço público tenha que ser salvaguardada, mas que não seja colocada em questão a viabilidade da Empresa;
- Intervenção, direta ou indiretamente, em propostas de legislação nacional relacionada com a atividade portuária ou com o desenvolvimento da RAM.

3. ACÇÕES

A APRAM, S. A. dará continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procederá ao lançamento de outras, indo de encontro à prossecução dos objetivos estratégicos referidos no número anterior.

Assim, será dado cumprimento ao PAEF e à proposta de ORAM 2013, sendo implementadas as medidas preconizadas nos referidos documentos, nomeadamente:

PONTO (PAEF)	DESCRIÇÃO
12	Congelamento de salários
	Redução anual de 3% do número de trabalhadores, de acordo com as orientações constantes do OE 2013 para o SEE.
13	Redução dos cargos dirigentes
15	Redução no montante das ajudas de custo e do valor/hora do trabalho extraordinário
21	Investimentos
	a) Reavaliação dos investimentos, bens e serviços, desde que superiores a 0,5 M €

PONTO (PAEF)	DESCRIÇÃO
	b) Investimentos comparticipados (Lei de Meios) → previamente autorizadas pelas Finanças
31	Derrama
32	Taxas ISP ↑ de 15%
35	Tributação eletricidade (IVA)
39	Implementação de taxas, tarifas e licenças na prestação de serviços e utilização de espaços atualmente gratuitos
58	Alterações legislativas necessárias SERAM
59	Relatório pormenorizado: caracterização organizacional e financeira, níveis de endividamento, necessidades de financiamento futuras, riscos para o ORAM, e medidas necessárias para a sustentabilidade da APRAM
	Reestruturação da empresa
61	Redução dos custos mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal de, aproximadamente, 15 % no seu conjunto, em 2013, face a 2010
64	Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização para instalação de serviços públicos
65	Aumento de algumas taxas, tarifas e licenças → redução do grau de subsidiação

Ainda, no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PAEF para o sector empresarial regional e acima elencados, assume relevância:

- Elaboração do Plano de Negócios da APRAM, S.A. 2012-2015;
- Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização, eventualmente para a instalação de serviços públicos;
- Melhoraria das condições de atratividade da área de jurisdição do Porto do Caniçal, de modo a rentabilizar todos os espaços vazios, as condições de licenciamento da operação portuária face ao investimento efetuado na infraestrutura portuária;

- Rentabilização do espaço portuário atualmente ocupado pelo estaleiro naval do Caniçal, condicionada atualmente pela decisão (que se espera favorável aos interesses da APRAM) dos processos judiciais em curso;
- Rentabilização das infraestruturas existentes, designadamente Zona de Atividades Logísticas (ZAL), Gare Marítima da Madeira e espaços adjacentes às infra estruturas portuárias;
- Faturação de serviços ao sector privado e ao sector público empresarial pela ocupação de espaços, instalações e prestações de serviços diversas e faturação de serviços ao EOEP - Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente Direção Regional das Pescas, Empresa de Eletricidade da Madeira, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, Câmaras Municipais;
- Implementação de novas taxas, de acordo com o princípio do utilizador pagador, previsto no artigo 33.º do ORAM 2012.
- Redução de gastos, quer na componente de fornecimentos e serviços externos, quer na componente de pessoal, esta última acompanhada por uma redução de efetivos, que se estima em 3% no ano de 2013;
- Interação com as demais políticas públicas, nomeadamente as desenvolvidas pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes e pela Associação de Promoção da Madeira;
- Dinamização da marca “Portos da Madeira”, com uma linha de merchandising associada ao destino Madeira, enquanto destino de qualidade;
- Passagem da administração e gestão dos pequenos portos para as autarquias locais ou para o departamento governamental com responsabilidades na gestão da orla costeira;
- Criação de sinergias através da interação e desenvolvimento com o turismo náutico, turismo ligado à natureza e ao bem-estar.

A nível dos recursos humanos, para o ano de 2013, e devido à contenção de gastos, prevê-se:

- Continuidade de um plano de RH para a substituição das saídas, baseado no aproveitamento interno dos recursos;
- Formação para a renovação da certificação das tripulações e da segurança;
- Continuação da monitorização em termos de higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa e, materializada através dos exames médicos periódicos, sensibilização e controlo da alcoolemia e análise às condições ergonómicas dos postos de trabalho;
- Racionalização dos métodos de organização do trabalho, conciliando os interesses, em termos de funcionamento dos portos com os da restante comunidade portuária, com otimização dos custos do trabalho extra;
- Eventuais acordos de cedência de pessoal do porto de Porto Santo;
- Conclusão do processo de despedimento coletivo dos trabalhadores do estaleiro naval do Caniçal;
- Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;
- Incentivo ao auto desenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.

Como autoridade portuária, a APRAM, S.A. é responsável pela eficiência da comunidade portuária, promovendo a comunicação e o interface com os diferentes *stakeholders* do sector, estando previstas as seguintes ações:

- Otimização da gestão das atividades da comunidade portuária e da eficácia do desempenho das funções de autoridade reguladora e fiscalizadora;
- Melhoria na promoção da eficiência na utilização de recursos e a agilização dos procedimentos e dos fluxos de informação associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os agentes económicos e autoridades

(marítimas, sanitárias, veterinárias e policiais, entre outras), através da JUP - Janela Única Portuária e das redes AIS (*Automatic Information System*);

- Otimização do sistema de incentivos para promoção de escalas de navios de cruzeiro e embarcações de recreio no Porto do Porto Santo;
- Dinamização do mercado de cruzeiros e captação de novas rotas e escalas para o porto do Funchal, em especial para o período de verão e para o combate à sazonalidade;
- Participação em feiras e eventos internacionais: Seatrade Miami e Seatrade Europe e publicidade em revistas da especialidade com carácter nacional e internacional;
- Desenvolvimento da parceria com os portos de Canárias, nomeadamente no fomento da atividade de cruzeiros e no projeto CruisAtlantic;
- Desenvolvimento de parcerias, com o objetivo de estabelecer relações *win-win*, destacando-se a cooperação com os portos do Continente, nomeadamente com os Portos de Lisboa, Douro e Leixões, Portimão e Açores.

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

A APRAM, S.A. modernizou as suas infra estruturas portuárias e apetrechou-as com os mais modernos meios de apoio às operações marítimas e portuárias, pelo que nos próximos anos os investimentos serão reduzidos.

Os portos estão sujeitos a fatores adversos, resultantes das forças da natureza, designadamente das condições meteorológicas e das correntes marítimas, pelo que existe necessidade de realização de obras de conservação e manutenção.

Neste sentido, prevê-se os seguintes investimentos para o ano 2013:

QUADRO 1 – INVESTIMENTOS 2013

DESIGNAÇÃO DO INVESTIMENTO	VALORES (EUROS)
FUNCHAL	15.175.000
Empreitada de Construção do Novo Cais de Cruzeiros – Frente de Proteção Marítima do Aterro	12.500.000
Projeto de Reabilitação da Ponte Cais e Muro de Cortina do Molhe Principal do Porto do Funchal – Terminal Norte	50.000
Empreitada de Reabilitação da Ponte Cais e Muro de Cortina do Molhe Principal do Porto do Funchal – Terminal Norte	2.500.000
Aquisição e Montagem de Defensas de Paineis e Cabeços de Amarração	75.000
Monitorização Estrutural da Gare Marítima da Madeira	50.000
MACHICO - CANIÇAL	100.000
Repavimentação do Antigo Pavimento da MEC	100.000
PORTO SANTO	1.350.000
Estudos e Projetos dos Edifícios Operacionais	150.000
Aquisição e Montagem de Defensas e Cabeços de Amarração	200.000
Empreitada de Construção dos Edifícios Operacionais	1.000.000
SANTA CRUZ	560.000
Empreitada de Reparação do Terminal de Inertes do Porto Novo	60.000
Empreitada de Reparação e Proteção do Cais de Santa Cruz	500.000
INVESTIMENTOS COMUNS	131.950
Equipamentos de Informática e Comunicações	50.950
Outros Equipamentos	25.000
Equipamento de Apoio à Segurança da Operação e Combate à Poluição	20.000
Projetos de Cooperação MAC 2007/2013 - MACSIMAR	30.000
Projetos de Cooperação MAC 2007/2013 - GESPOR	3.000
Projetos de Cooperação - COSTA	3.000
INVESTIMENTO TOTAL	17.316.950

De realçar que sem a comparticipação comunitária e a dotação de instrumentos financeiros adequados para o financiamento da parte do investimento não participado, a sua concretização não é possível.

5. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

5.1. PRESSUPOSTOS

Fortemente influenciada pelas circunstâncias externas, nomeadamente as condicionantes políticas e macro económicas, em fase de recessão, a volatilidade dos mercados geradores de turismo de cruzeiro e a importância vital do sector marítimo na economia regional, nem sempre acompanhado das devidas contrapartidas financeiras, a economia da RAM confronta-se com um conjunto de desafios relacionados com a degradação do acesso ao financiamento resultante da crise dos mercados financeiros, justificada, em grande medida, pelo nível de endividamento externo de Portugal, que determinou o pedido de intervenção ao FMI, ao BCE e à Comissão Europeia, com vista à aplicação de medidas de ajustamento.

A APRAM, S.A. apresenta um risco potencial de ser integrada no perímetro da administração pública regional direta, em virtude da sua incapacidade atual para fazer face aos compromissos decorrentes dos elevados empréstimos contraídos, ao longo da última década, para colmatar a realização de investimentos (reprodutivos e não reprodutivos, sendo integrados nestes os pequenos cais), sem as devidas contrapartidas financeiras, pelo que as transferências orçamentais, a realizar pelo Governo Regional, deverão permitir a cobertura dos encargos com o serviço da dívida decorrente dos investimentos realizados em cumprimento das orientações do acionista, dos encargos decorrentes da assunção da gestão do Estaleiro Naval do Caniçal, bem como dos encargos referentes aos investimentos na parte que não é co-financiada por programas comunitários (POVT, Fundo Coesão, Lei de Meios).

Enquadram-se, ainda neste cenário, a ligação de serviço público de transporte regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo, que está, nos termos do contrato de concessão, isenta de todas as taxas portuárias, do mesmo modo que se encontram isentas de cobrança as áreas dominiais afetas ao manuseamento e armazenagem da carga transportada.

De igual forma, na sequência da Resolução n.º 1565/96, estão isentos do pagamento de taxas portuárias os navios de transporte de mercadorias que transportem gaz e produtos similares para o Porto Santo.

Em ambos os casos estamos perante cenários de perda de receita, imprescindíveis para a viabilização económica da empresa.

O endividamento da APRAM, S.A., empresa integrada no SERAM, implica uma fatura anual de encargos financeiros que em 2013 rondará os 6,6 M€.

Quanto ao financiamento dos investimentos, na ordem dos 17,3 M€, prevê-se a sua comparticipação através do PIDDAR e de projetos desenvolvidos no âmbito da Lei de Meios / POVT.

5.2. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As projeções das prestações de serviços para o ano 2013, tiveram por base o estipulado no PAEF e a contração do consumo público e privado, nomeadamente:

- Implementação de taxas, tarifas e licenças na prestação de serviços e utilização de espaços atualmente gratuitos (Ponto 39 PAEF);
- Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização para instalação de serviços públicos (Ponto 64 PAEF);
- Recebimento das indemnizações compensatórias pela concessão da linha de transporte de passageiros e mercadorias por via marítima entre a Madeira e o Porto Santo, devido pelas isenções no pagamento de taxas portuárias, bem como celebração de contratos programa (artigos 30.º e 33.º do ORAM 2012);
- Atualização de algumas taxas, tarifas e licenças, de modo a reduzir o grau de subsidiação do sector público empresarial da RAM (Ponto 65 PAEF).

As taxas serão atualizadas de acordo com as orientações de gestão emanadas pelo acionista.

Prevê-se, de acordo com o Orçamento da RAM para 2013 e com o plano de ajustamento económico/financeiro, a cobrança pela utilização de espaços às entidades a seguir indicadas:

- Serviços a faturar ao sector privado e ao sector público empresarial:
 - Empresa de Eletricidade da Madeira – Unidade de captura e uso biológico de CO2 com valorização energética;
 - Opertrans – Utilização de áreas no porto do Caniçal;
 - OPM – Utilização de terrapleno no porto do Caniçal para a operação portuária, taxas pela emissão e renovação do licenciamento portuário;
 - ETP – Taxa pela emissão e renovação do licenciamento do trabalho portuário;
 - Agentes de navegação – Taxa pela emissão do licenciamento da atividade;
 - Clube Naval do Porto Santo – Instalações do clube;
 - SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento – Utilização do terrapleno do terminal norte;
 - Atlantic Island Electricity AIE – Condução de fornecimento de vapor;
 - Cimentos Madeira – Condução subterrânea de descarga de cimento;
 - Cimentos Europa – Condução subterrânea de descarga de cimento;
 - AECO – Condução subterrânea de descarga de asfalto;
 - BETA Betumes – Condução subterrânea de descarga de asfalto;
 - Insular de Moinhos – Tapete rolante de transporte de cereais;
 - Outros – Cobrança de taxas pelo estacionamento no porto do Caniçal e pela emissão de cartões de estacionamento no porto do Funchal;

- Serviços a faturar ao Estado e Outros Entes Públicos (EOEP):
 - Direção Regional das Pescas – Terrapleno no Porto do Funchal e do Caniçal (Lota, entreposto frigorífico e instalações); Lotas do Porto Moniz, Porto Santo e Paúl do Mar;
 - Direção Regional do Ambiente – Terrapleno de instalação da Etar no Paúl do Mar;
 - Direção Regional de Veterinária – Terrapleno de instalação do PIF no Caniçal;
 - Força Aérea Portuguesa – Terrapleno com as condutas de ligação do cais às instalações da FAP, no Porto Santo;
 - Câmara Municipal do Porto Moniz – Terrapleno da arrecadação do aquário.

Tendo por base todos os pressupostos apresentados, estimam-se rendimentos operacionais para o ano de 2013, no montante global de 12 112 662€, conforme vem resumido no quadro abaixo e melhor discriminado no Anexo IV.

QUADRO 2 - RENDIMENTOS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2013	2012	VAR. (%)
Venda de Mercadorias	311		
TUP - Navio	965.089	1.134.371	-14,92%
TUP - Carga	1.152.601	1.895.674	- 39,20%
Tráfego de Passageiros	1.418.905	1.343.957	5,58%
TUP Contentores	3.013.527	3.022.904	-0,31%
Outros Serviços a Navios	2.522.051	2.633.737	-4,24%
Outros Serviços à Carga	182.508	172.669	7,04%
Concessões e Rendas	1.085.972	1.435.587	-24,35%
Outros Fornecimentos e Serviços	0	1.407.924	-100,00%
Subsídios à Exploração	1.771.698	1.771.698	
TOTAL	12.112.662	14.818.521	-18,25%

5.3. GASTOS OPERACIONAIS

Foram orçados gastos operacionais para o ano de 2013, o montante global de 22.016.150 €, conforme discriminado no quadro seguinte, com uma redução global, comparativamente ao ano anterior, de 1%.

No Anexo V, apresenta-se detalhadamente todos os gastos orçados.

Na previsão dos gastos com o pessoal está orçamentada a redução remuneratória, prevista para 2013, bem como o corte do subsídio de férias e o pagamento do subsídio de natal em duodécimos, de acordo com as medidas preconizadas no PAEF e no ORAM 2013.

De referir que nos gastos com pessoal assume particular relevância o aumento da quotização da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações (de 15% para 20%) bem como as regras de descontos passam a incidir sobre todas as remunerações auferidas pelos trabalhadores e nos mesmos termos que são efetuados os descontos para a Segurança Social.

QUADRO 3 - GASTOS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2013	2012	VAR (%)
Custo das mercad. Vend. e mat. cons.	9.000	2.500	260,00%
Fornecimentos e serviços externos	2.152.752	2.152.615	0,01%
Gastos com o pessoal	6.439.291	6.618.166	-2,70%
Amortizações do exercício	13.415.107	13.467.555	-0,39%
Outros gastos operacionais		22.500	-100,00%
GASTOS OPERACIONAIS TOTAIS	22.016.150	22.263.336	-1,11%

5.4. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros previstos para o ano 2013, no valor de 6,6 ME, dizem respeito essencialmente aos encargos financeiros decorrentes de empréstimos bancários de médio e longo prazo, contraídos para o financiamento dos investimentos em imobilizados corpóreos e aos encargos assumidos com os juros das contas correntes caucionadas no valor de 9M€ e 4M€, enquanto não são reconvertidas em empréstimo de médio e longo prazo.

Ainda de acordo com a proposta do ORAM 2013 *“No caso dos derivados, esses montantes exigíveis referem-se ao MTM das operações, o qual, reportado a 30 de setembro de 2012 para os swaps em carteira da RAM, ascendia a -24,8 milhões de euros.*

Nas operações com derivados associados a empréstimos contraídos por empresas do SERAM, o MTM atingia, na mesma data, 142,3 milhões de euros, que implicará, em caso de vencimento antecipado, o pagamento desses montantes, representando custos adicionais para as empresas. As situações descritas envolvem as seguintes entidades:

- *APRAM – Administração dos Portos da RAM, S.A.;*
- *(...)”*

De referir ainda a possibilidade de execução das garantias prestadas, a que alude o ORAM 2013, a seguir transcritas:

“As responsabilidades efetivas por garantias prestadas estão registadas, nesta data, em 1.248,6 milhões de euros, das quais cerca de 94% a empresas públicas. Dada a situação de algumas dessas empresas, a probabilidade de algumas dessas garantias serem executadas é elevada, também devido às cláusulas de Cross Default e Cross Acceleration.

- *A APRAM, com empréstimos garantidos no valor de 176 milhões de euros, apresenta um risco muito elevado, dada a incapacidade da empresa em amortizar o capital.*
- *(...)”*

5.5. OUTROS GASTOS

Na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” está contemplado um valor de 50.000€, para fazer face a honorários e custas judiciais, decorrentes de processos que estão a decorrer nos tribunais, nomeadamente do Estaleiro Naval do Caniçal.

6. PLANO DE FINANCIAMENTO

A atividade desenvolvida pela empresa gera recursos financeiros suficientes para suportar os gastos correntes, mas a APRAM, e de acordo com a proposta do ORAM 2013 *“... é a empresa que atualmente representa um risco mais elevado, existem algumas entidades que representam um risco potencial de serem integradas no perímetro, em virtude da incapacidade atual para fazerem face aos compromissos decorrentes de empréstimos contraídos.*

Em suma,

(...) correm o risco de entrar no perímetro das Administrações Públicas, pelo facto de o nível de proveitos não poder acompanhar o aumento dos encargos operacionais (em especial as amortizações económicas do investimento), podendo pôr em causa o rácio de mercantilidade. Esta situação reveste especial acuidade nas empresas APRAM – Administração dos Portos da RAM, S.A.”

A continuação da gestão do Estaleiro Naval do Caniçal, e conseqüentemente as indemnizações provenientes do despedimento coletivo, associado aos vários processos judiciais que impendem sobre aquele espaço e que inviabilizam a sua rentabilização, a transferência da sede da APRAM, S. A. para a Gare Marítima da Madeira e a entrada em funcionamento das áreas de receção e embarque dos passageiros, provocaram um aumento dos custos de funcionamento, pelo que os gastos são tendencialmente maiores face aos anos anteriores (anteriores a 2009).

6.1. AUTO-FINANCIAMENTO

A cobertura do investimento por auto financiamento apresenta-se negativa, em virtude das amortizações não serem suficientes para esbater os resultados líquidos negativos, fato este que não gera fundos libertos para fazer face ao valor do investimento proposto.

QUADRO 4– AUTO-FINANCIAMENTO

DESCRIÇÃO	VALOR
Amortizações do exercício	13.415.107
Provisões do exercício	0
TOTAL	13.415.107
Resultado líquido do exercício	-21.098.240
Amortizações	13.415.107
Provisões (variação)	0
1 - Fundos libertos	-7.683.133
2 - Amortizações dos financiamentos	0
3 – Investimento	17.316.950
COBERTURA DO INVESTIMENTO POR AUTO FINANCIAMENTO (1-2) / (3)	-44,37%

6.2. FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Para este ano está prevista a transformação/renegociação das contas correntes caucionadas, no valor de 9 M€ e 4 M€, em empréstimo de médio prazo, sendo que será amortizado semestralmente, durante 60 meses, uma parcela a rondar o 0,6 M€, até ao limite de 5 M€, ficando o remanescente (8 M€), consignado aos valores que a APRAM tem ainda a receber dos projetos comunitários em curso atualmente. Perspetiva-se, ainda, a eventual contração de empréstimos de curto prazo, até ao montante máximo de 5 M€, para apoio à tesouraria e aos investimentos a realizar, enquanto se aguardam outras fontes de financiamento (contratos programa, indemnizações compensatórias, cofinanciamento comunitário).

6.3. PROJECTOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

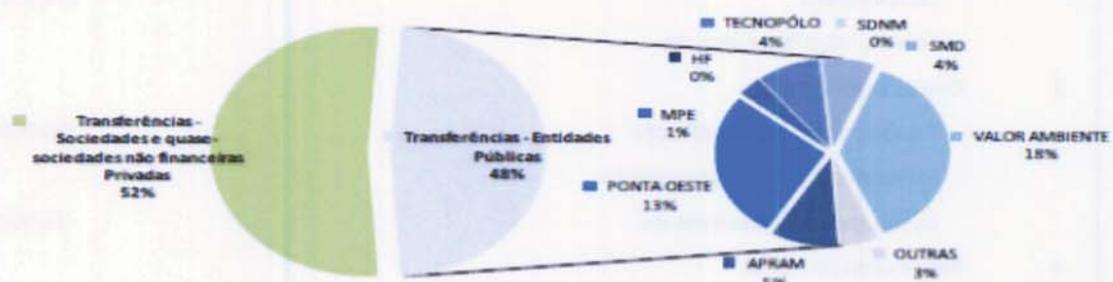
No mapa de financiamento estão consideradas as seguintes verbas expectáveis:

- Receção de 2 000 000€, no período em análise, referente à celebração de contratos programa com o Governo Regional, no sentido de colmatar os investimentos públicos que a APRAM, S. A. desenvolve e tem vindo a desenvolver, substituindo-se à tutela e considerando a externalidade dos referidos investimentos, bem como o serviço da dívida e os gastos com o Estaleiro Naval do Caniçal;
- Através da Resolução n.º 1034/2012 foi assegurada a devolução da quantia de € 810.546,58, equivalente a parte do valor pago. Considerou-se o valor total da receção de 1 621 093€, referente ao adiantamento que a APRAM, S.A. efetuou para a compra dos Silos da EPAC e que estão registados em nome da RAM. Não é expectável a receção do montante referido na resolução no corrente ano económico (2012) pelo que se considerou no quadro 5 - Mapa de Aplicações e Origens dos Investimentos a sua receção total em 2013;
- Receção de 1.771.698€, referente às indemnizações compensatórias devidas pelo não pagamento de taxas e serviços portuários, no âmbito do contrato de concessão da linha de transporte regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo.

No ano de 2013 não está orçamentada a receção de verbas no âmbito dos projetos de cooperação transnacional (Madeira / Açores/ Canárias / Cabo Verde), nomeadamente FEDER / MAC / INTERREG III B, atendendo a que os projetos encontram-se em fase de reprogramação e o seu valor não é materialmente relevante.

Em termos de proposta de ORAM 2013, as transferências a atribuir e inscritas nos agrupamentos económicos 04 - *Transferências correntes* e 08 - *Transferências de capital*, são as descritas no gráfico a seguir indicado:

GRÁFICO 17 – Transferências correntes e de capital para sociedades ou quase-sociedades não financeiras



Fonte: Proposta de ORAM 2013

Ou seja, os montantes a transferir para a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. são de cerca de 2 milhões de euros (9,8% do total a transferir para empresas públicas), e destinam-se ao financiamento de projetos de investimento.

Está orçamentada a receção do montante referente ao saldo final do Fundo de Coesão do Porto do Caniçal, embora dependente da decisão contenciosa a ser tomada pelas entidades competentes.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2013 só é exequível com a receção dos montantes dos contratos programa a celebrar com o Governo Regional da Madeira, pelo que as principais fontes de financiamento, são as expressas no ponto seguinte (6.4 – Mapa de aplicações e origens dos investimentos).

6.4. MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS

QUADRO 5 - MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO		ANO 2013
<u>APLICAÇÕES DE FUNDOS</u>		
1	Investimentos em capital fixo	
	Terrenos	
	Edifícios e instalações	16.660.000
	Equipamentos	370.950
	Móveis, utensílios e viaturas	
2	Outros investimentos	
	Estudos, projectos , fiscalização	250.000
	Formação de pessoal, investigação	
	Outros gastos de investimento	36.000
3	Reembolsos de capital	
	De empréstimos	2.664.706
	De suprimentos	
	Reduções de capital social	
4	Aumento dos fundos circulantes	5.470.244
5	TOTAL DE APLICAÇÕES	25.451.900
<u>ORIGENS DE FUNDOS</u>		
7	Capital social	
	Realização inicial	
	Aumentos	
8	Créditos obtidos de terceiros e sócios	
	Créditos correntes de fornecedores	
	Empréstimos	
	Suprimentos	
	Contratos Programa com a RAM - PIDDAR	3.621.093
	Indemnizações Compensatórias - Porto Santo	1.771.698
	Subsídios ao Investimento - Fundos Comunitários	20.059.109
	Outros créditos	
10	Diminuição dos fundos circulantes	
11	TOTAL DE ORIGENS	25.451.900

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha orientadora deste orçamento foi o cumprimento do PAEF, as orientações de gestão emanadas pelo acionista único, representado pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes e o normal funcionamento da empresa, visando o cumprimento da sua missão, de forma sustentável, atenta à responsabilidade económica, social e ambiental que lhe está implícita.

No entanto, a situação da APRAM está devidamente detalhada na proposta do ORAM 2013, que pela relevância que assume a nível da proposta do plano de atividades e orçamento para 2013, transcreve-se:

” Resumidamente, os principais riscos orçamentais podem advir:

- a) Da deterioração da atividade económica, que impossibilite a arrecadação do nível de receita fiscal projetada;*
- b) Do acionamento dos Rating Triggers, bem como de outras cláusulas inscritas nos contratos de empréstimo e de cobertura de risco de taxa de juro, tanto da Região como de empresas públicas, relativas à exigibilidade do vencimento antecipado das operações, nomeadamente as cláusulas de Cross-Default e Cross Acceleration;*
- c) Da execução de garantias concedidas pela Região, sobretudo ao nível das empresas públicas;*
- d) Da incapacidade para as empresas públicas financiarem a sua atividade e refinanciarem a sua dívida.*

As situações descritas nas alíneas b) a d) podem levar à integração de empresas públicas no perímetro de consolidação, com consequências ao nível do défice e da dívida. No quadro seguinte estão esquematizadas as potenciais situações que podem ocorrer, com indicação das empresas que podem estar em cada situação.

QUADRO 73 – Riscos de consolidação no perímetro das Administrações Públicas

EFEITO OCORRÊNCIA	IMPACTO NO DÉFICE	IMPACTO NA DÍVIDA	EMPRESAS EM RISCO	
			EFETIVO	POTENCIAL
I. Empresa deixa de ser mercantil	A partir do momento da reclassificação, as operações da empresa contribuem para o défice	Toda a dívida é reclassificada		APRAM, CARAM, IHM, Grupo das Águas e Resíduos
II. Execução de uma garantia	Tem impacto no défice pelo valor da execução	O valor da execução agrava o valor da dívida		APRAM, EEM, IHM, MPE, SESARAM, VA, IGA
III. Descontinuidade da atividade	No momento da reclassificação, o valor da dívida assumida é levado ao défice. A partir de então, o défice da empresa contribui para o défice global.	Toda a dívida é reclassificada		
IV. Concessão de um empréstimo/injeção de capital a empresa sem capacidade financeira de retorno (Res. Operacionais <0; RL <0)	O valor do empréstimo/injeção de capital é considerado como despesa, indo ao défice	Empréstimo é reclassificado		APRAM, CARAM, HF, Madeira Tecnopolo
V. Concessão de uma garantia a empresa sem capacidade financeira de retorno (Capitais próprios <0)	O valor do stock da dívida garantida vai ao défice	Toda a dívida garantida é reclassificada		

Fonte: Proposta de ORAM 2013

O Conselho de Administração procurará cumprir o plano de atividades a que se propõe, promovendo uma política de contenção de custos, conseguida através de um rigoroso controlo da execução orçamental.

Proposta de Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos da APRAM – Administração do Conselho de Administração da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o ano de 2013.

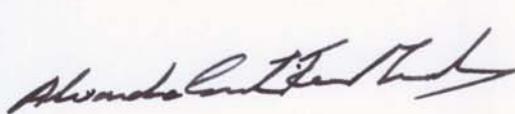
APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. aos 11 de dezembro de 2012.

O Conselho de Administração:

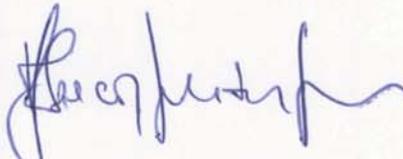
A presidente,

O vogal,

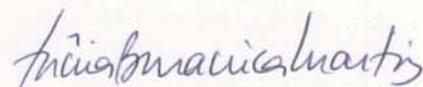
A Vogal não executiva,



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)



(Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus)



(Tânia Bernardete Manica Martins)

8. ANEXOS

ANEXO I – BALANÇO ACTIVO PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		350.312.898	348.180.710
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		116.696	80.879
Ativos biológicos			
Participações financeiras - met. equiv. patr.			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			1.621.093
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos financeiros			
Sub-total		350.429.594	349.882.683
Ativo corrente			
Inventários		86.185	79.685
Ativos biológicos			
Clientes		3.603.270	4.349.959
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		236.825	242.984
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber		15.300.000	16.244.154
Diferimentos		336.258	312.930
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		1.765.136	1.271.612
Sub-total		21.327.673	22.501.324
Total do Ativo		371.757.267	372.384.006

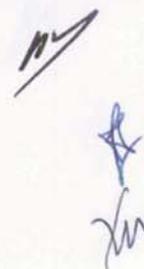
ANEXO I – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		24.715.775	24.715.775
Ações próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.449	3.458.449
Resultados transitados		- 128.415.874	- 113.717.552
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização		180.293.492	180.293.492
Outras variações no capital próprio		103.111.630	87.406.009
Resultado líquido do período		- 21.098.240	- 14.698.322
		162.065.232	167.457.850
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		162.065.232	167.457.850
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos		181.905.882	185.470.588
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Sub-total		181.905.882	185.470.588
Passivo corrente			
Fornecedores		8.961.803	3.448.020
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		211.703	217.584
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos		2.664.706	1.764.706
Outras contas a pagar		244.925	238.822
Diferimentos			
Outros passivos financ. detidos para negoc.		15.703.016	13.786.435
Sub-total		27.786.153	19.455.568
Total do passivo		209.692.035	204.926.156
Total do capital próprio e do passivo		371.757.267	372.384.006

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados		10.340.964	13.046.821
Subsídios à exploração		1.771.698	1.771.698
Ganhos / Perdas imputados de sub., associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-9.000	-2.500
Fornecimento e serviços externos		-2.175.052	-2.152.615
Gastos com o pessoal		-6.439.291	-6.618.166
Imparidade de inventários (Perdas / Reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (Perdas / Reversões)			
Provisões (Aumentos / Reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Aumentos / Reduções de justo de valor		-6.739.337	-3.415.231
Outros rendimentos e ganhos		2.249.573	2.187.073
Outros gastos e perdas		-87.300	-123.500
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.087.745	4.693.580
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-13.415.107	-13.467.555
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14.502.852	-8.773.975
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e rendimentos similares suportados		-6.595.388	-5.924.347
Resultado antes de impostos		-21.098.240	-14.698.322
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-21.098.240	-14.698.322



ANEXO III – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		10.625.254	13.715.595
Pagamentos a fornecedores		-2.483.268	-5.285.014
Pagamentos ao pessoal		-6.439.291	-6.618.166
Caixa gerada pelas operações		1.702.695	1.812.415
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1.771.698	1.771.698
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.474.393	3.584.114
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-17.400.978	-2.648.422
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		18.184.109	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		783.131	-2.648.422
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			1.000.000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		5.496.093	7.000.000
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2.664.706	-2.764.706
Juros e gastos similares		-6.595.388	-5.924.347
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-3.764.001	-689.053
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		493.524	246.639
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.271.612	1.024.973
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.765.136	1.271.612

ANEXO IV – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

DESCRIÇÃO	2013	2012	VAR. (%)
Venda de Mercadorias	311		
TUP - Navio	965.089	1.134.371	-14,92%
TUP - Carga Geral	63.156	159.140	-60,31%
Arm. Contentores	217.706	185.334	17,47%
Diversos Serviços	125.827	125.098	0,58%
Am./Desamarração	557.141	664.216	-16,12%
Serviço de Reboques	551.126	586.671	-6,06%
Serviço de Lancha	13.324	12.377	7,65%
Serviço Pilotagem	877.938	971.928	-9,67%
S.Báscula - Pesagem	8.723	9.018	-3,27%
Forn. Mão-de-Obra	87.391	113.468	-22,98%
Serviço de Guindagem	3.366		
Transporte Horizontal	8.441		
Fornecimento Água	132.557	110.807	19,63%
Forn.Energia Elétrica	160.704	159.892	0,51%
F.En. Elet. Content	1.274	1.589	-19,82%
Tx Licença - Lojas da Marina		183.735	-100,00%
Estacionamento Navio	12.233	8.408	45,49%
Concessões e Aluguer	1.085.972	830.507	30,76%
Uso Edif.Inst.- Mari		1.025	-100,00%
TUP - Granéis Sólido	322.718	394.368	-18,17%
TUP - Graneis Líquid	270.891	239.777	12,98%
TUP - Graneis Líquid		8.052	-100,00%
TUP - Contentores	2.795.821	2.837.570	-1,47%
TUP Veículos > 12 To	495.836	519.866	-4,62%
TUP - Veículos infer		574.447	-100,00%
TUP - Outros (BAL)		24	-100,00%
Tráfego de Passageiros	1.418.905	1.343.957	5,58%
Fundeadoiro de Navio	12.808	39.394	-67,49%
Fornecimentos Diversos (Taxa de Resíduos, ISPS)	151.706	1.370	10.973,43%
Novas taxas		420.320	-100,00%
Serviços não faturados a privados		752.968	-100,00%
Serviços não faturados ao EOEP		440.356	-100,00%
Contrato SMD - Terminal norte		176.400	-100,00%
Outras Prest. Serviç (Publicidade)		38.200	-100,00%
Subs. à Explor. - Indem. Compens. P. Santo	1.771.698	1.771.698	
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	12.112.662	14.816.351	-18,25%

ANEXO V – GASTOS

DESCRIÇÃO	2013	2012	VAR. (%)
Compras Mercadorias	9.000	2.500	260,00%
FSE - Eletricidade	175.809	184.687	-4,81%
FSE - Gasóleo	178.540	257.413	-30,64%
FSE - Gasolina	2.198	2.680	-17,99%
FSE - Água	118.650	148.900	-20,32%
FSE - Outros Flúidos	35.614	31.060	14,66%
FSE - Ferramentas UD	6.700	9.110	-26,45%
Livros e Doc Técnica	2.300	2.950	-22,03%
Material Escritório	14.700	15.250	-3,61%
Artigos p/ Oferta	100	50	100,00%
Rendas e Alugueres	11.060	15.080	-26,66%
Desp.Representação	1.500	3.350	-55,22%
Comunicações	93.180	53.395	74,51%
FSE - Seguros	99.600	95.100	4,73%
Transp.Mercadorias	5.734	6.560	-12,59%
Deslocações e Estada	32.750	35.150	-6,83%
Honorários	69.000	39.500	74,68%
Vistorias	18.180	15.600	16,54%
Contencioso Notariad	2.250	2.500	-10,00%
Conservação e Rep.	413.674	563.860	-26,64%
Publicidade e Prop.	77.250	72.500	6,55%
Limpeza e Higiene	240.000	142.610	68,29%
Vigilância e Seguran	135.000	135.000	
Trabalhos Especializ	371.463	254.460	45,98%
Outros FSE	47.500	65.850	-27,87%
Impostos	22.300	22.500	-0,89%
OS - Vencimentos	92.400	96.149	-3,90%
OS - Sub.Férias/Natal	7.700		
OS - Ajudas Custo	2.500	2.515	-0,60%
OS - Sub.Alimentação	3.186	1.593	100,00%
OS - Outras Remun.	23.280	22.800	2,11%
P - Remunerações	3.258.868	3.529.543	-7,67%
P - Sub.Férias/Natal	348.495	248.035	40,50%
P - IHT/CTSDF	685.471	719.278	-4,70%
P - Subsídio Turno	116.418	100.080	16,32%
P - Ajudas Custo	17.900	28.900	-38,06%
P - Sub.Alimentação	268.360	299.395	-10,37%
P - HE/S.Prev/Comp.	94.300	136.906	-31,12%
P - Sub.Insularidade	50.480	55.478	-9,01%
P - Sub Falhas, Pat,	41.125	37.922	8,45%
P - Outras Remuner.	95.521	97.022	-1,55%
Pensões	11.020	29.250	-62,32%
Enc. Remunerações	986.581	916.629	7,63%
Seg.Acidentes Trab D	87.057	111.245	-21,74%
Custos Ação Social	15.000	14.386	4,27%
Outros Custos Pessoal	233.629	171.040	36,59%
Amortizações do Exercício	13.415.107	13.467.555	-0,39%
Custos Financeiros	6.595.388	5.924.347	11,33%
Custos Extraordinários	65.000	101.000	-35,64%
GASTOS TOTAIS DA APRAM, S. A.	28.698.838	28.288.683	1,45%